

## A CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA A PARTIR DAS AÇÕES E PRÁTICAS DO MLB NA CIDADE<sup>1</sup>

### THE CONSTRUCTION OF TERRITORIES OF RESISTANCE FROM THE ACTIONS AND PRACTICES OF MLB IN THE CITY OF RECIFE

Cleiton Ferreira da SILVA<sup>2</sup>

**Resumo:** As ponderações retratadas neste trabalho versam sobre as ações e práticas dos movimentos sem-teto, em especial o Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) na cidade do Recife, para isso, analisamos sua dinâmica, sua atuação, suas modalidades atuais de organização, e, fundamentalmente, a relação que eles mantêm com o espaço geográfico, especificamente, com a dimensão territorial na construção de outra realidade, onde as ocupações são utilizadas como mecanismos de luta, resistência e, especialmente, de conquistas sociais, em meio aos entraves políticos encontrados pelas famílias na conquista efetiva das moradias populares.

**Palavras-Chave:** Movimentos Sociais, Território, Ocupação, Mobilização

**Abstract:** The weights depicted in this paper deal with the actions and practices of homeless movements, especially the Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) in the city of Recife, for this, we analyze its dynamics, its performance, its current modalities organization, and, crucially, the relationship they have with the geographic space, specifically with the territorial dimension in the construction of another reality, where occupations are used as mechanisms of struggle, resistance, and especially the social gains amid barriers faced by political families in the effective achievement of affordable housing.

**Keywords:** Social Movements, Territory, Occupation, Mobilization

### Introdução

Pode se dizer que o século XX observou significativas mudanças do ponto de vista econômico, político, social e espacial. Se por um lado, houve modificações significativas na tecnologia, nos elementos da informação, ou mesmo no que concerne à fluidez do capital, por outro, este mesmo século verificou o aprofundamento das contradições socioespaciais, seja na inclusão precária de grupos sociais, nos conflitos étnicos, políticos e econômicos ou mesmo na ampliação das crises econômicas e na extinção de direitos trabalhistas historicamente conquistados.

---

<sup>1</sup> O presente texto é parte da pesquisa de conclusão do curso de Mestrado em Geografia (UFPB), defendida em 2012.

<sup>2</sup> Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Professor da Rede Estadual de Ensino em Pernambuco. E-mail: cleitonf4@yahoo.com.br

O fato é que estas contradições ajudaram a delinear e fomentar protestos e reivindicações em todo o mundo nos últimos anos, através não só da ascensão de grupos historicamente excluídos, como os vistos, por exemplo, na América Latina, mas também de intelectuais comprometidos com as mudanças sociais. Esta conjuntura permitiu a ascensão das mobilizações populares, bem como de novas perspectivas de reivindicação, numa construção extremamente heterogênea.

No Brasil, o processo de redemocratização e a construção de políticas públicas de cunho mais popular, a partir das ações dos movimentos sociais, permitiu a ascensão de diversos movimentos, entre eles, o movimento nacional pela reforma urbana e pelo acesso à moradia, que congregava diversas entidades e movimentos populares de ações multiescalares. O Estatuto da Cidade (2001) é o reflexo concreto desta mobilização nacional, cuja materialidade se deu com a aprovação de uma lei que possibilita a busca da democratização e ascensão de grupos precariamente incluídos no espaço urbano do país.

Diante disto, esse artigo tenta problematizar as ações e práticas dos movimentos sociais, especialmente os movimentos sem-teto, na construção de territórios baseados na solidariedade, cooperação, politização e, fundamentalmente, na possibilidade efetiva de mudança socioespacial, a partir dos mecanismos de atuação, juntamente com as famílias.

Para isso, a construção teórica fundamentou-se na avaliação do conceito de território na Geografia e a dimensão da territorialidade, baseados na solidariedade e na politização, a partir dos seguintes autores: Haesbaert (2005), Souza (2005), Raffestin (1993), Fernandes (2005) e Santos (2005).

Para balizar o elemento teórico, descrevemos a experiência de um movimento sem-teto, o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), a partir de suas práticas nas respectivas ocupações na cidade do Recife, região Nordeste do Brasil. Caracterizando desde o processo de organização e ocupação, até o mecanismo de resistência, na conquista das moradias populares em algumas dessas áreas que são descritas.

Logo, essas ações refletem a importância desses grupos na busca da inclusão socioespacial, na construção de territórios mais justos e na concreta possibilidade de mudança das políticas públicas que se referem tanto à democratização do espaço urbano como também do habitat social.

### **Um pequeno levantamento histórico sobre o conceito de território na Geografia**

O conceito de território é debatido em diversas instâncias da ciência, seja ela no âmbito das ciências sociais, seja no âmbito das ciências naturais. No campo da Geografia ela aparece como categoria de análise do espaço geográfico ou do espaço socialmente produzido.

Em sua essência, a palavra deriva do latim e possui uma dupla conotação: seja no campo material seja no campo simbólico. Pois o termo aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-territor*, ou seja, possuem relação com a dominação da terra, cujo significado é “pedaço de terra apropriado” e mesmo com a inspiração do terror, do medo (HAESBAERT, 2005).

Historicamente, o termo é utilizado e associado ao caráter de dominação e/ou apropriação do espaço por grupos sociais específicos, através de uma relação de poder em um determinado recorte territorial. Foi assim, por exemplo, na Geografia Política clássica, preconizada por Ratzel, em que o Estado-nação adquiria um caráter fundamental e

expansionista, permanecendo este tipo conceitual de território, integralmente ligado ao papel do Estado e sua ação de domínio<sup>3</sup>.

Naturalmente, essa forma de pensar o território estava baseada nos princípios de evolução capitalista, determinada pela expansão territorial e o surgimento da sua fase imperialista. Assim, o Estado só manteria seu domínio e seu progresso a partir de suas bases de expansão territorial.

Partindo destas proposições, foram desenvolvidas por Ratzel o conceito de *espaço vital*, cuja definição está associada à capacidade de utilização do território pela sua população, caracterizando, desta forma, o viés do progresso e as necessidades territoriais.

Mais tarde, Raffestin (1993), criticou o posicionamento da geografia política clássica por colocar o Estado como o único mecanismo de poder e conseqüentemente de configuração territorial. Além disso, ele entendeu o espaço como sendo antecessor ao território e este último, como sendo categoria do próprio espaço geográfico, objeto de muita confusão anteriormente e na atualidade (RICETO E SILVA, 2008).

Entretanto, na avaliação de Souza (2005), Raffestin (1993) cometeu o equívoco em assimilar o território ao substrato material, ou seja, o território seria um espaço onde se projetaria o trabalho, energia e informação, revelando relações marcadas pelo poder. Para Souza (op cit, p. 83), não há uma ruptura de fato com o pensamento de Ratzel, excluindo-se apenas o fato de que Raffestin (1993) não se limita ao “solo pátrio” na única dimensão de território.

Além disso, esta maneira de analisar o território minimizaria as várias dimensões de apropriação do mesmo, não estando necessariamente vinculada ao Estado, sobretudo quando nos referimos ao avanço técnico-científico na atualidade e às ações decorrentes dos mais variados grupos sociais. É numa perspectiva de avanço técnico e do uso do território e não no território em si que o termo deve ser analisado, como aponta Santos (2005):

Hoje, quando vivemos uma dialética do mundo concreto, evoluímos da noção, tornada antiga, de Estado Territorial para a noção pós-moderna de transnacionalização do território (Santos, 2005, p. 255).

Com isso, Santos (2005) chama a atenção para as dimensões das horizontalidades e verticalidades, as primeiras seriam os lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto a segunda resumiria a pontos distantes um dos outros, ligadas por formas e processos sociais. Desta maneira, os territórios são formados pelos mais diversos atores, das mais diferentes formas, seja do ponto de vista temporal, da variabilidade, sejam do ponto de vista permanente ou dinâmico em que é submetido o espaço, como analisa Souza (2005).

É neste contexto, que a concepção de território liga-se à de territorialidade, enquanto relações socioespaciais associadas ao território. Naturalmente essas relações vão se proceder sob as mais diferentes formas, desde a perspectiva de grandes agentes empreendedores, passando pela ação estatal ou mesmo sob a dimensão das classes populares em regime de cooperação construindo significados no lugar.

Urge, assim, a necessidade de refletir sobre as diversas práticas sociais que podem caracterizar a configuração territorial, pois é do resultado destas ações que surge o modelo de organização espacial, ou seja, todas as ações resultantes do trabalho humano desenvolvidas no

---

<sup>3</sup> Salienta-se que apesar de ser associado historicamente ao poder político, o termo vincula-se tanto ao poder no sentido concreto de dominação, quanto ao sentido simbólico de apropriação (HAESBAERT, 2005).

espaço. Naturalmente, ela irá refletir as características dos agentes que a modelaram, como analisa Corrêa:

Em uma sociedade de classes, a organização espacial refletirá tanto a natureza classista da produção e do consumo de bens materiais, como o controle exercido sobre as relações entre as classes que emergiram das relações sociais ligadas à produção (CORRÊA, 1991, p. 55 e 56).

Assim, ao analisarmos a organização espacial sob a ótica de uma sociedade heterogênea, dinâmica, resultado de um processo histórico sob a luz do capitalismo, deve-se levar em consideração as localizações fixas e os fluxos que são postos, bem como as repercussões que são promovidas nas escalas local/global do espaço geográfico.

Desse modo, os territórios podem ser reconhecidos como a materialidade e como a imaterialidade das relações sociais, às quais se caracterizam pela solidariedade, pela operacionalidade ou pela conflitualidade entre os grupos que compõem o território, tornando-se espaço de liberdade e dominação, de expropriação e também de resistência (FERNANDES, 2005).

Fernandes (2005) afirma ainda que a partir destes pressupostos, podemos perceber que, por si só, o território é dinâmico e, conseqüentemente, dialético, fruto de fatores conjunturais e estruturais das políticas vigentes. Nesta perspectiva, os movimentos sociais constroem territórios que buscam essencialmente serem ouvidos e travarem campos de lutas em prol da garantia dos direitos dos cidadãos.

### **A territorialidade sob a perspectiva da atuação dos movimentos sociais**

A globalização, os mecanismos de expansão do capital, a fluidez da tecnologia e dos processos produtivos, bem como sua materialidade ou imaterialidade nas mais variadas escalas, fez com que o espaço geográfico ganhasse novas configurações, seja nos aspectos informacionais, econômicos ou mesmo sociais. Isso tudo, resultou em um aprofundamento nas transformações socioespaciais ocorridas no período da transição do Fordismo à acumulação flexível (HARVEY, 2007).

A consequência é que estes fatores resvalaram de forma negativa sobre os mais diferentes aspectos, no que concerne à configuração socioespacial: houve um aprofundamento da crise social, sobretudo entre os países ricos e pobres, o desemprego passou a ser cada vez mais estrutural (decorrente do incremento da tecnologia em substituição da mão-de-obra, por exemplo) em detrimento do conjuntural. Houve ainda a seletividade do acesso à ciência e à tecnologia, criando desta forma, um fosso e um estado de dependência dos países “periféricos” em relação aos países do chamado primeiro mundo, além da crise ambiental, sendo outra premissa inerente ao modelo de desenvolvimento adotado pelos países ao longo dos anos.

Desta maneira, assuntos como aquecimento global, desemprego, xenofobia, bem como a própria globalização passaram a fazer parte das agendas de debates dentro da modernidade nos mais variados campos de conhecimento, integrando aos debates que já viam ocorrendo com certa antecipação, como a reforma agrária e o acesso à moradia, por exemplo. Sob a conjuntura da precariedade e da busca da justiça social, há uma grande repercussão nas ações dos movimentos sociais na atualidade.

Considerando a territorialidade como o aspecto transitório das relações sociais que mantêm, e, que produzem e reproduzem ações próprias ou apropriadas, Fernandes (2005)

reconhece a importância dos movimentos sociais na apropriação e na organização espacial, ao mesmo tempo em que critica o posicionamento e a limitação dos estudos sociológicos por levar apenas as relações sociais como base conceitual. O autor propõe então uma definição que possa ser utilizada pela Geografia, uma vez que:

[...] uma análise geográfica dos movimentos, além da preocupação com as formas, ações e relações, é fundamental compreender os espaços e territórios produzidos ou construídos pelos movimentos (FERNANDES, 2005, p. 30).

Logo, o conceito adotado levando em consideração as relações espaciais, seria movimento territorial e movimento espacial. Apesar de terem a mesma finalidade, ou seja, a defesa de interesses coletivos, o que diferencia um do outro é a forma de atuação no espaço.

O primeiro seria uma mobilização coletiva que têm o território como trunfo e fundamental para sua existência, neste grupo estariam inseridos os indígenas, os camponeses, os estados, entre outros. No segundo grupo teríamos as ONG's, por exemplo, na busca de espaços e territórios e não de um território específico, produzem espaços políticos de reivindicação. A partir daí, o autor desenha a definição de movimentos socioterritoriais isolados por não estarem em contato com outras instituições, e os movimentos socioterritoriais territorializados, sendo aqueles que atuam em diversas macrorregiões e mantêm uma rede de comunicações entre eles.

O fato é que o território sempre foi fundamental para o reconhecimento dos movimentos sociais como essencial no uso da informação. Neste ponto, Milton Santos (2005) discutiu a importância da construção de espaços banais, de solidariedade mútua entre pessoas, entre lugares, em contraposição aos espaços em redes ou os espaços de alguns, construtores dos territórios.

De acordo com o autor (op cit. p. 257), o acontecer simultâneo e que cria novas solidariedades, em razão da própria técnica desenvolvida, aparece de três formas no território atual: um acontecer homólogo, um acontecer complementar e um acontecer hierárquico. No acontecer homólogo e no acontecer complementar o território atual é marcado por um cotidiano compartilhado mediante regras que são formuladas ou reformuladas localmente. No acontecer hierárquico constrói-se, ao contrário, de um cotidiano imposto de fora, comandado por uma informação privilegiada, uma informação que é segredo e é poder. Promovendo, desta forma, um conflito dual entre espaço local, o vivido por todos, e o espaço global, produzidos em lugares distantes e direcionados à sociedade com um grau ideológico e um processo racionalizador (op cit. p. 259).

O que o autor propõe é retomar a noção de espaço banal, o espaço de todos, caracterizado pelo trabalho de todos, através das horizontalidades, na busca de caminhos diferentes da globalização perversa. Contrapondo, assim, a noção de redes, que seriam as verticalidades ou ações externas. Uma vez que a arena de oposição entre o mercado e a sociedade civil é o território, em suas diversas escalas. Para melhor interpretá-lo é necessário um embate teórico entre as rugosidades, as periodizações, as técnicas, o território, a emoção e o trabalho, objetivando o entendimento da sociedade, do espaço e das razões que formam e mantêm um território (SANTOS, 2002).

Regina Bega dos Santos (2005) reconhece ainda, a possibilidade concreta da atuação dos movimentos por moradia, na alteração das prioridades e políticas habitacionais, lembra

ainda que a organização espacial será fruto da correlação de forças e do nível de organização dos próprios movimentos.

Lefebvre (2000) também considera estas ações na possibilidade de construção de outro tipo de território, ou seja, o território baseado num valor muito mais simbólico, com marcas do ‘vivido’ e do valor de uso, em contraposição ao da dominação, caracterizado pela propriedade e o valor de troca.

Portanto, a construção de territórios de solidariedade, de cooperação e politização, a partir das ações dos movimentos sociais, como os sem-teto, reflete o papel de contestação e de construção de outra realidade, a partir de ações de resistências multiescalares, ações estas que ferem o poder vigente, baseado no dinheiro, no fluxo especulativo e, que deixa em segundo plano os interesses dos cidadãos, logo, a contribuição perpassa a visibilidade pública, interferindo, de certa forma, na consolidação de políticas de cunho popular, de interesses coletivos e na promoção da justiça social.

Assim, muitas ocupações dos sem-teto em terrenos subutilizados ou em prédios abandonados dos centros das grandes cidades brasileiras constituem territórios de lutas e reivindicações, apresentando-se como excelentes representantes de espaços de solidariedade, identidade e resistência ao poder vigente. A “falta” de moradias, resultado do modelo de desenvolvimento excludente imposto no país, requer mobilizações dos grupos sociais “excluídos” em busca de suas conquistas.

A partir desta perspectiva, tem-se a noção da construção da territorialidade aqui analisada: as ações realizadas pelo Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), objeto deste estudo. Estabelecem-se, a partir da apropriação do espaço, tanto pelas relações de poder, como também através dos elementos simbólicos, uma vez que os movimentos necessitam da base territorial para construir seus objetivos, desenvolvendo assim territórios de solidariedade, ou seja, unidades de politização e ações sociais de resistência.

### **Ações, práticas e estratégias do MLB na construção de territórios de luta e resistência**

O surgimento do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, resulta das divergências no direcionamento da ocupação da Vila Corumbiara, Região de Barreiro, em Belo Horizonte, estado de Minas Gerais. Inicialmente, esta ocupação foi realizada conjuntamente com outros movimentos no ano de 1996<sup>4</sup>, entretanto esta mesma ocupação se consolidaria como o ponto de partida para a fundação do MLB, anos mais tarde.

Apesar de o movimento ter surgido em Minas Gerais, a primeira ocupação organizada e direcionada pelo MLB, foi a ocupação Mércia de Albuquerque (atualmente em processo de construção dos conjuntos residenciais), no município de Jaboatão dos Guararapes, Região Metropolitana do Recife, em meados de 2002.

Para que as ações do ponto de vista prático do MLB se consolide, o movimento se concentra nas áreas pobres das cidades brasileiras, organizando a população em torno da conquista da moradia e dos direitos sociais. Na busca pela mudança da realidade é

---

<sup>4</sup> Alguns integrantes que atuaram na ocupação da Vila Corumbiara desencadearam a formação de um grupo que consolidou e incentivou a fundação do MLB no ano de 1999, ao lado de outras lideranças que atuavam em vários estados do país. Os aspectos ideológicos que norteiam o movimento na atualidade são: a luta pela reforma urbana e pelo socialismo.

fundamental todo o processo que desencadeia a ocupação, ou seja, desde os mecanismos de organização, mobilização e sua execução.

O MLB atua e impulsiona sua luta em defesa da reforma urbana, através das ocupações de prédios e terrenos abandonados, na tentativa de exigir dos órgãos públicos a construção de moradias populares. Para isso, o movimento desenvolve suas ações em 13 estados do Brasil, são eles: Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pará, Paraná, Piauí e Rio Grande do Sul, tendo como foco as principais cidades destes estados.

Há também a preocupação do movimento em fazer com que as próprias famílias financiem as ocupações, ou seja, na aquisição de lonas, madeiras, alimentação coletiva, ferramentas, entre outros equipamentos e, finalmente, uma vez ocupado o imóvel, é preciso manter a coordenação da ocupação, viabilizando não só a permanência no local, mas também, a realização de reuniões e defesa da ocupação, por exemplo.

Cada caso exige uma ação específica de acordo com a conjuntura, isto é, a permanência ou a saída do imóvel, e mesmo a sua articulação, depende da situação do ponto de vista político e dos objetivos que o MLB almeja a partir das ações que são desenvolvidas, para isso, o grau de diálogo, reivindicação ou pressão às instituições do governo vão caracterizar as próprias atuações do movimento.

Para que as diretrizes ocorram, há reuniões e plenárias, com certa regularidade, seja a nível nacional, seja na esfera estadual, com os coordenadores do movimento e das ocupações que estão sendo desenvolvidas. Para isso, os congressos nacionais são essenciais porque não só dinamizam e desenvolvem as jornadas de luta, mas também a redefinição do estatuto, o regimento interno, a formação política dos militantes e as mobilizações no âmbito estadual, levando em consideração as especificidades e as necessidades de cada região.

Além de ser filiado à Central de Movimentos Populares (CMP) e compor sua executiva e coordenação nacional, o MLB ainda participa de eventos, Fóruns e Conselhos que congregam outros movimentos, bem como estudiosos e militantes de luta pela reforma urbana e de políticas destinadas às cidades. Entre os principais destacam-se o Conselho Nacional das Cidades, Conselho Municipais e Estaduais das Cidades, Conferência das Mulheres, Conselhos Municipais de Habitação e Saúde e o Fórum Nacional pela Reforma Urbana (FNUR).

No processo de ocupação especificamente, o movimento estabelece como preferência a ocupação de imóveis públicos, uma vez que as mudanças recentes que ocorreram nas políticas públicas, como o Estatuto das Cidades, facilitou o processo de desapropriação e regularização do imóvel ocupado, além disso, o movimento avalia que estes imóveis não desencadeiam tantos conflitos, seja com a polícia ou mesmo com a justiça.

Geralmente, esta preparação leva em torno de três meses e não há critérios rígidos para a inserção das famílias no processo de ocupação, basta, obviamente, segundo os coordenadores, que sejam famílias integradas no critério de baixa renda, que não possuam moradia e que estejam dispostas em lutar. As ocupações ocorrem sempre de madrugada, em função do reduzido movimento na área.

Ao realizarem a ocupação dos terrenos, as famílias realizam a limpeza do imóvel e edificam de maneira muito improvisada os primeiros barracos, através de lonas plásticas, madeiras, geralmente oriundas de construções, além de fios e tapumes. No início, os barracos seguem uma linearidade em seu tamanho e disposição, mas ao passar dos dias, os barracos caracterizam-se pela sua especificidade, de acordo com as famílias que estão ocupando (Figura 1).

**Figura 1: Primeiro dia da ocupação Mulheres de Tejucupapo em Recife**



Fonte: O autor, 2006.

A ocupação de prédios ocorre de maneira semelhante, entretanto, o diferencial é a existência da estrutura física do prédio e seu tamanho, que dependendo do imóvel, cada família é disposta nas respectivas salas, quando isso não é possível, há a ocupação dos espaços de forma mais coletiva.

Uma vez realizada a ocupação, a preocupação básica inicial do movimento, é a realização de escolha das comissões, que são grupos de pessoas integrantes da área ocupada, que se candidatam de forma voluntária nas reuniões que ocorrem diariamente. As reuniões definem ainda os rumos da ocupação, como ações de despejo e problemas detectados e possíveis de serem resolvidos.

As principais comissões criadas diariamente são: comissão de limpeza, responsável pela manutenção da limpeza do terreno ou prédio ocupado (capinação ou retirada do lixo), a comissão de segurança, responsável pela defesa da ocupação, a comissão de alimentação, responsável pela alimentação coletiva dos ocupantes e a comissão de infraestrutura, que fica responsável pela instalação e ligação de água e energia, por exemplo. Esta última comissão geralmente é definida a partir das experiências profissionais que alguns integrantes exercem no seu dia a dia, ou seja, encanadores, pedreiros e eletricitistas compõem esta comissão, em função da experiência que possuem.

Na medida em que há a efetividade e a permanência da ocupação, estas comissões se somam às comissões que tratarão da parte burocrática da ocupação, ou seja, cadastramento das famílias, elaboração de documentos, como abaixo-assinados, organização de mobilizações e atos, reuniões, além da divulgação dos últimos informes. Estas comissões são coordenadas pelo movimento e, geralmente, passam a se reunir com as famílias semanalmente, porém, é possível que estas reuniões aconteçam mais de uma vez na semana, dependendo da conjuntura da ocupação, dos assuntos que serão tratados nas assembleias e da urgência das ações.

Nesta perspectiva, as ações são descentralizadas e o processo de decisão é discutido e definido através das instâncias deliberativas, como as reuniões e assembleias que são

realizadas. Fundamentalmente, após a ocupação, uma das maiores preocupações do movimento é a permanência das famílias no local, pois isto acontecendo, a possibilidade da ocupação obter sucesso é grandiosa. Neste aspecto, as assembleias são fundamentais também para manter a coesão das famílias envolvidas (Figura 2).

**Figura 2: Assembleia realizada na ocupação D. Hélder Câmara, em Recife**



Fonte: O autor, 2008.

Paralelamente, nem sempre as ações ocorrem como o movimento propõe, uma vez que os mecanismos de organização e diretrizes do MLB esbarram na criminalidade, no individualismo e na falta de solidariedade de alguns membros que integram a ocupação, principalmente quando estes mesmos membros se instalam após o processo de ocupação do imóvel. Pois, para muitos deles, não houve uma participação efetiva dos mesmos nas reuniões de preparação antecipada, onde é criado um laço de solidariedade entre as famílias.

Quando há a circunstância do individualismo e da criminalidade, por exemplo, sobressair, o movimento encara como uma possibilidade concreta da perda de comando e liderança dentro da ocupação, dando margem para o surgimento de divergências internas de grupos que não aceitam o papel de um movimento na condução e direcionamento da ocupação.

Logo, segundo os coordenadores, o movimento redefine as formas de atuação, para que possam ser sanados tais fatos, entretanto, nem sempre é resolvido, diante do poder de intimidação e da ligação de alguns ocupantes com a criminalidade. Estes mesmos “ocupantes” utilizam a área como mecanismo estratégico de perpetuação dos atos ilícitos e como forma de esconderijo ou mesmo pelo simples interesse de alguns em adquirir o barraco para sua venda posteriormente. Apesar desta conjuntura desfavorável para as mobilizações, o MLB continua os trabalhos e age tentando driblar estes entraves, mantendo as famílias coesas através das reuniões e assembleias.

**MLB: entre as ocupações e os mecanismos de diálogo e reivindicação**

De acordo com o movimento, algumas ocupações ganham destaque nacional, em função das conquistas realizadas pelo MLB, no Rio Grande do Norte, por exemplo, totalizam oito ocupações. Na maioria delas, as casas já foram construídas e entregues. Entre as ocupações que ganharam destaque pela visibilidade e pelo elevado número de famílias atendidas estão as antigas ocupações Djalma Maranhão e Leningrado potiguar, hoje já figuram como conjuntos de moradias já entregues às famílias.

Enquanto a primeira desenvolveu ações que garantiram 130 casas populares, a segunda ocupação data de 2004, e foi desencadeada a partir da ação de 200 famílias, que ocuparam um terreno na periferia do Rio Grande do Norte, passando em poucos dias para 1.800 famílias<sup>5</sup>, sendo considerada na época uma das maiores ocupações do Norte-Nordeste pelo MLB. Após cinco anos, o movimento viabilizou através dos órgãos públicos a construção de 445 imóveis, destes, 400 foram destinados às famílias do MLB e 45 foram destinados ao atendimento do cadastro da Prefeitura de Natal.

No estado de Pernambuco, destacam-se a ocupação Mércia de Albuquerque, em Jaboatão dos Guararapes, na RMR, onde estão sendo edificados dois conjuntos habitacionais (Mércia I e II)<sup>6</sup>. O primeiro conjunto, a cargo da Prefeitura de Jaboatão, abrigará 256 famílias e o segundo sob a responsabilidade direta do MLB, na contratação e administração do orçamento, prevê a construção de 192 habitações no bairro de Cajueiro Seco. As verbas para a construção dos conjuntos virão do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e do programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2).

Na cidade do Recife, o MLB desenvolveu várias ocupações ao longo dos anos<sup>7</sup>, entre às quais, se destacam a ocupação D. Hélder Câmara, segundo o movimento a primeira que se tornou realidade através do mutirão coletivo. Após 4 anos de reivindicações, o MLB promoveu em sistema de parceria a construção de 200 casas populares, parceria esta que foi estabelecida entre Governo Federal, Prefeitura do Recife, Governo do Estado de Pernambuco e Associação de Habitação Popular no Nordeste (AHPNE), associação concebida pelo movimento para a construção das casas em regime de mutirão habitacional através do programa de financiamento conhecido como Crédito Solidário (Figura 3).

---

<sup>5</sup> As informações que constam nestes levantamentos, acerca das ocupações, foram levantadas em meados do segundo semestre de 2011, através de entrevistas com membros da coordenação nacional do MLB, bem como portais de notícias do RN. Ver por exemplo: [http://www.dnonline.com.br/app/noticia/cotidiano/2011/07/17/interna\\_cotidiano,75503/deficit-habitacional-atinge-70-mil-em-natal-e-300-mil-no-rn.shtml](http://www.dnonline.com.br/app/noticia/cotidiano/2011/07/17/interna_cotidiano,75503/deficit-habitacional-atinge-70-mil-em-natal-e-300-mil-no-rn.shtml)

<sup>6</sup> Apesar de ser a primeira ocupação do MLB no estado (2002), as obras estão demasiadamente atrasadas em função de alguns trâmites burocráticos que inviabilizaram a entrega das moradias, entre eles estão: mudança de administração local e falta de verba.

<sup>7</sup> O movimento destaca que as ocupações são extremamente dinâmicas, nem sempre as ocupações que são realizadas garantem a permanência no local, em função das questões jurídicas e burocráticas do imóvel, por exemplo. Quando isso acontece, o MLB negocia a cessão de outro terreno ou mesmo a garantia das casas para as famílias e o recebimento do auxílio moradia até a entrega das mesmas.

**Figura 3: Finalização das obras no mutirão habitacional D. Hélder Câmara**



Fonte: O autor, 2008.

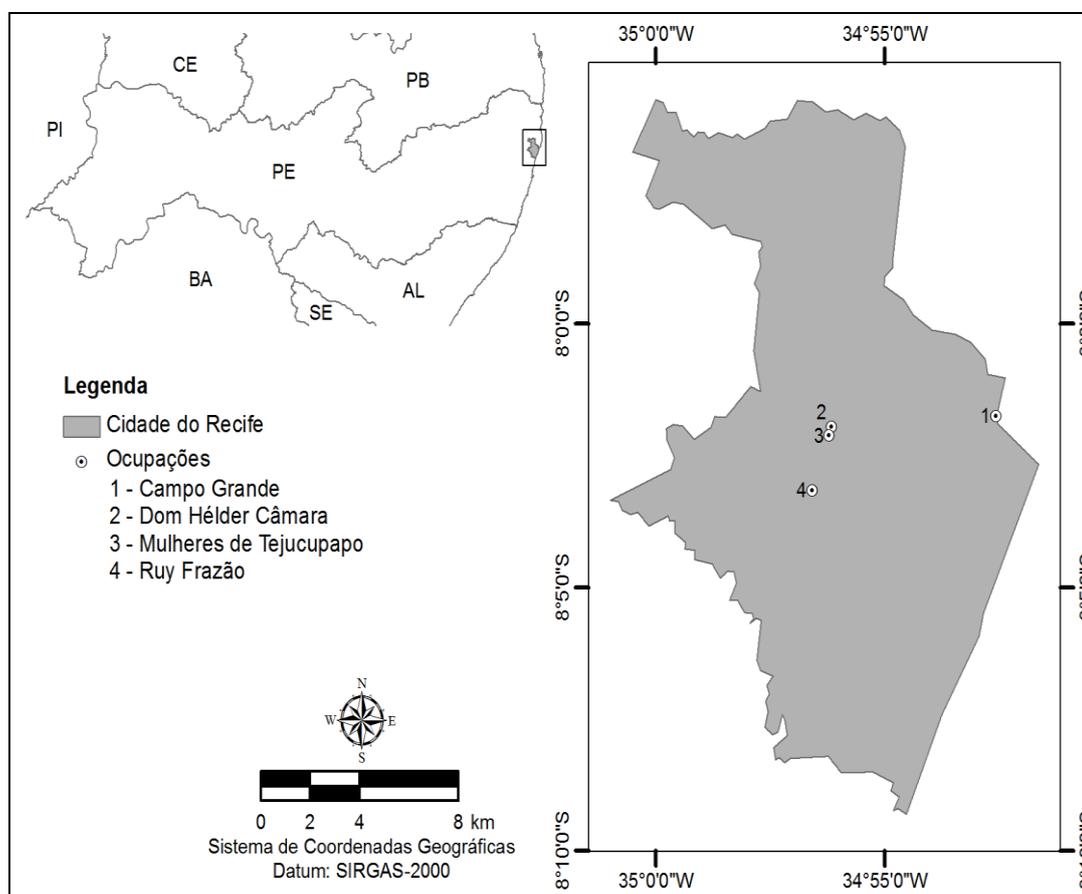
A outra ocupação de destaque é Mulheres de Tejucupapo, no bairro da Iputinga, também em Recife. Onde serão construídos conjuntos habitacionais, atendendo 272 famílias. Atualmente elas estão recebendo o auxílio-moradia, um valor repassado às famílias para que possam pagar aluguel até a entrega dos imóveis previstos para o segundo semestre de 2013.

Paralelamente, foram realizadas ocupações no bairro do Engenho do Meio<sup>8</sup> (ocupação Ruy Frazão), que reúne mais de 200 famílias e que se encontra em negociação com a União, e, no bairro de Campo Grande, juntamente com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), esta segunda em processo de negociação com o Governo Estadual (mapa 1).

---

<sup>8</sup> Com o avanço das negociações com a União e a conquista de um terreno no bairro de Afogados, também em Recife, o movimento juntamente com as famílias decidem ao final de 2012 desocupar a área e restabelecer as negociações, desta vez para a construção das moradias.

### Mapa 1: Principais ocupações do MLB na cidade do Recife na atualidade



Fonte: IBGE. Malhas digitais, 2010; Atlas de desenvolvimento humano no Recife, 2005.

Em função das mudanças recentes nas políticas habitacionais, é possível encaminhar, na modalidade de negociação, a regularização do imóvel ocupado, o projeto arquitetônico, a destinação de verbas para as obras, a inclusão nos programas sociais e de financiamento do governo, a discussão da implementação da infraestrutura necessária, além do acompanhamento sistemático das ações desenvolvidas pelo poder público. Para isso, a intermediação dos movimentos é de fundamental importância.

Entretanto, o processo de diálogo nem sempre funciona, diante da necessidade das famílias, resultando, muitas vezes num processo de morosidade excessiva dos agentes públicos e, uma das consequências é uma atuação mais efusiva do movimento; passeatas, ocupação de prefeituras, organização de barricadas e bloqueio de vias, reuniões, entre outras formas de reivindicação. Como ocorreu em algumas das ocupações relatadas anteriormente.

Portanto, as ações do MLB em várias cidades brasileiras, apontam para um caminho diferente se compararmos com épocas anteriores, seja na conquista da moradia ou mesmo na democratização das políticas que garantam o direito à cidade.

A construção de marcos legais como o Estatuto da Cidade e o Ministério das Cidades foi fundamental para a ascensão dos movimentos sem-teto e para a ampliação da rede de mobilizações contra o déficit habitacional e pela reforma urbana no Brasil. Neste sentido, os movimentos sem-teto, redefinem territórios à medida que ocupam e resistem aos ataques do

aparelho repressivo, por outro lado, ampliam o laço de cooperação e solidariedade mútua entre as famílias envolvidas na ocupação. Logo, as práticas e as ações dos movimentos são também respostas às ações hegemônicas do Estado e das grandes corporações.

### **Considerações finais**

Os movimentos sociais tiveram um papel fundamental na construção histórica do país, tendo desencadeado mecanismos de debates, de participação popular e da busca de espaços solidários e socialmente justos. O processo de redemocratização no Brasil, por exemplo, é fruto de uma ampla mobilização popular, seja através da própria luta pela volta da democracia e no combate à corrupção, seja por meio das chamadas ações mais pontuais das leis e regulamentações políticas, como a que regulamentou o Estatuto da Cidade em 2001.

Esta lei representou um marco para os movimentos sociais pela reforma urbana, transformando-se na primeira lei de iniciativa popular através do recolhimento de mais de 1 milhão de assinaturas em todo país, desencadeando, logo em seguida, uma nova configuração à política urbana implantada até então no Brasil, com uma maior representatividade dos próprios movimentos sociais nas conferências das cidades, nos planos diretores municipais e na implantação de políticas públicas que reconhecesse a função social da propriedade e o direito à habitação.

É nesta conjuntura de redefinições pós-constituinte, no plano das mais variadas escalas de governo que surge o MLB, mais precisamente em 1999. O movimento desencadeou ao longo de sua existência, variadas ocupações, conquistas e também derrotas. Caracterizado pela busca de uma sociedade mais justa e igualitária, instituiu ocupações com as famílias em diversas cidades brasileiras lutando pela reforma urbana e pelo fim do capitalismo e consequentemente da propriedade privada.

Desta forma, suas ações e práticas efetivaram diversas ocupações na Região Metropolitana do Recife, ao passo que permitiu a partir das lutas, a conquista de diversas moradias, desencadeando ainda a construção de territórios em que as conquistas da solidariedade, cooperação e mudanças sejam prioridades, colocando em questionamento o valor de troca no que concerne o solo urbano. Outro elemento importante é a consolidação não só da ação direta, mas também a interlocução com as instâncias públicas como forma de conquistar as moradias.

Sua atuação resgata um valor muito mais simbólico do valor de uso, ao mesmo tempo em que estabelece a possibilidade concreta de colocar em contestação o atual modelo de desenvolvimento e construção de moradias populares, num claro beneficiamento das empreiteiras e da iniciativa privada, através do programa Minha Casa, Minha Vida, por exemplo. Por outro lado, desencadeia mobilizações e ocupações numa evidente possibilidade de democratização do espaço urbano, através da defesa da reforma urbana.

Portanto, as atuações dos movimentos sociais, especificamente os sem-teto que aqui são analisados, são fundamentais na busca da cidadania das famílias envolvidas, bem como na mudança das políticas públicas, ou seja, a possibilidade de construção das políticas a partir da base, levando em consideração os anseios e os desejos dos reais envolvidos, na busca de uma sociedade menos injusta e mais igualitária.

### Referências bibliográficas

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1991.

Déficit habitacional atinge 70 mil em natal e 300 mil no RN. **DNONLINE**. Natal, 17 de julho de 2011. Disponível em: <[http://www.dnonline.com.br/app/noticia/cotidiano/2011/07/17/interna\\_cotidiano,75503/deficit-habitacional-atinge-70-mil-em-natal-e-300-mil-no-rn.shtml](http://www.dnonline.com.br/app/noticia/cotidiano/2011/07/17/interna_cotidiano,75503/deficit-habitacional-atinge-70-mil-em-natal-e-300-mil-no-rn.shtml)> Acesso em maio de 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. Revista NERA. Presidente Prudente: Ano 8, N. 6, p. 14-34 - janeiro/junho de 2005.

HAESBAERT, Rogério. **Da Desterritorialização à Multiterritorialidade**. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 16ª. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. 4ª ed. Paris: Anthropos, 2000. (1974).

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993 (1980).

RICETO e SILVA, Alisson e Vicente Paulo da. **O território como categoria de análise da Geografia**. Revista Caminhos de Geografia. Urbelândia, V. 9, N. 28, p. 146-152, Dezembro de 2008.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. em: OSAL: Observatorio Social de América Latina. CLACSO. Buenos Aires: Año 6 N. 16, p. 250-251, junho de 2005. ISSN 1515-3282: Disponível em:<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>> Acesso em Agosto de 2012.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Regina Bega dos. **Movimentos sociais urbanos**. São Paulo: Unesp 2008. 175 p.: in il. Coleção Paradidáticos: Série Poder.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da Costa; CORRÊA, Roberto L. (orgs). **Geografia: Conceitos e Temas**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005 (1995). P. 77-116.

\_\_\_\_\_, M. L.; RODRIGUES, G. B. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004. 136 p.: in il. Coleção Paradidáticos: Série sociedade, espaço e tempo.